

UMA LEITURA DA OBRA DE NELSON WERNECK SODRÉ

Paulo Ribeiro da Cunha*

O marxismo ortodoxo não significa, pois, uma adesão sem crítica aos resultados da pesquisa de Marx, não significa uma “fé” numa ou noutra tese, nem exegese de um livro “sagrado”. A ortodoxia em matéria de marxismo refere-se, pelo contrário, e exclusivamente, ao método. Implica a convicção científica de que, com o marxismo dialético, se encontrou o método de investigação justo, de que este método só pode ser desenvolvido, aperfeiçoado, aprofundado no sentido de seus fundadores; mas que todas as tentativas para superar ou “melhorar”, levaram apenas à sua vulgarização, a fazer dele um ecletismo — e tinham necessidade de levar aí.

G. Lukács¹

Uma característica historicamente marcante no pensamento social brasileiro, como singular objeto de reflexão e que remete a uma particular “leitura”, foi a de pensar o Brasil neste século e apreender o eixo de uma formação constitutiva num enfoque propositivo e ideológico — na perspectiva das elites dirigentes —, com o objetivo de manutenção da ordem social e principalmente a reprodução do *status quo* vigente. Associada a essa questão, uma outra presente também se configuraria em relação à atuação do intelectual como interlocutor e ventríloquo do povo, na medida em que se colocava, conjuntamente a tensões de outras ordens, a tarefa de melhor interpretar o Brasil.

No entanto, uma leitura objetivando a instrumentalização de agentes de mediação com o propósito de elaborar uma teoria da revolução

sempre se colocou aos intelectuais como uma tarefa pioneira e problemática. As razões a serem elencadas são as mais variadas, mas a principal pode ser contabilizada no próprio eixo propositivo de um debate historicamente recente no cenário partidário e acadêmico. E isso devido particularmente ao limitado suporte teórico advindo de uma conturbada assimilação do marxismo no começo do século e a variações político-conjunturais nos períodos subsequentes que sempre resultaram em condições adversas — clandestina na maioria dos casos — para o seu amadurecimento.

Nessa fase inicial, vale notar o esforço de ousadas e pioneiras análises de autores como Otávio Brandão, Astrojildo Pereira e Leôncio Basbaum nos anos 1920-1930, secundadas no período subsequente pelo viés determinista da Internacional Comunista, que acabaria prevalecendo com suas teses no conjunto dos documentos e elaborações teóricas do PCB, leitura essa que se refletiria também na obra do “jovem Jorge Amado”.

Alguns desses autores se manteriam fiéis aos princípios de um projeto de revolução e de intervenção militante, objetivando a superação do capitalismo no Brasil, tendo realizado mais tarde corajosas autocríticas. Outros, a exemplo de Jorge Amado, optariam por caminhos diametralmente opostos, recompondo-se em uma via de reprodução da ordem vigente.

Após um período de relativa estagnação teórica e que, de certa forma, se refletiria no dilema reprodução *versus* superação das teses advindas da influência da IC no cenário histórico desses pensadores, temos um salto qualitativo nesse debate.

* Professor de Teoria Política da Unesp, *campus* de Marília. O autor desenvolve sua tese de doutorado na Unicamp, tendo por tema de pesquisa a construção do pensamento político de Nelson Werneck Sodré.

<https://doi.org/10.36311/0102-5864.15.v0n33.2173>

Tem início uma reavaliação do caráter da “sociedade brasileira”, que se delinaria no final dos anos 50, numa tentativa de superação de uma concepção eurocentrista de análise que estava associada à produção teórica da primeira metade do século.

No período posterior à Segunda Guerra Mundial, particularmente no “pós-1956”, percebe-se que o debate marxista oxigenou-se das amarras teóricas da linha política do PCUS-Partido Comunista da União Soviética, sendo que no Brasil ocorre, paralelamente a essa ruptura, a apreensão de um

No período posterior à Segunda Guerra Mundial, particularmente no “pós-1956”, percebe-se que o debate marxista oxigenou-se das amarras teóricas da linha política do PCUS-Partido Comunista da União Soviética, sendo que no Brasil ocorre, paralelamente a essa ruptura, a apreensão de um conjunto de experiências revolucionárias de toda uma geração de comunistas.

conjunto de experiências revolucionárias de toda uma geração de comunistas. Estes começariam a se expressar em novas e ousadas tentativas teóricas de compreender o Brasil, objetivando a instrumentalização do partido em um projeto revolucionário. Para isso, categorias e teses foram sendo superadas e outras se impondo, redescobrimo-se um novo eixo analítico que suscitaria grandes polêmicas nos anos posteriores, no que seria pavimentado pela apreensão das experiências de intervenção do PCB nas cidades e no campo, assim como também apontaria para a sinalização de uma original tentativa de compreender a constituição da formação sócio-histórica do Brasil.

Ainda que essa tentativa permanecesse inconclusiva ao longo deste século e alvo de vivas polêmicas, aqui se coloca objetivamente para ser avaliada a complexidade que essa tarefa sempre militante se impunha, particularmente em relação ao desafio de pensar os agentes de vanguarda de transformação: o proletariado – é certo ainda que o campesinato venha a ser revalorizado em alguns trabalhos – e o sempre polêmico papel a ser desempenhado pela burguesia nacional. Em última instância, esse processo encontraria um arcabouço teórico fundamentado e necessário à superação de

uma leitura de Brasil elaborada a partir da apreensão de categorias advindas de outros cenários históricos característicos do começo do século somente a partir de vários estudos dos anos 1960.

Trata-se de um período que seria mediatizado por vários expressivos intelectuais, que de certa forma trabalham na direção e no delineamento desse objetivo. Em outros termos, refletem em torno de uma característica que vem a ser uma tarefa ímpar nesse quadro propositivo dos vários autores e atores vinculados ao marxismo e particularmente ao PCB, ou seja, a tarefa de pensar o país e as questões constitutivas do processo de apreensão histórica da formação da realidade brasileira com o objetivo e tendo como elemento central a essa apreensão o projeto de um instrumento ou sujeito histórico (o partido) da revolução. Aqui, um vetor ainda hoje é objeto de debate: o de recuperar sob essa perspectiva de superação e apreender nesse processo histórico as etapas do desenvolvimento do capitalismo e suas variantes enquanto apreensão, negação ou legitimação de um modelo clássico.

Nessa perspectiva, alguns enfoques analíticos fizeram escola e propuseram-se a apreender os vários modelos e políticas de Estado como a leitura *desenvolvimentista, nacionalista, populista, bonapartista, via prussiana*, entre outros, tendo em comum nessas análises a exclusão da participação popular como elemento decisório. É esse debate – que remete ao caráter da constituição da sociedade capitalista brasileira e polemiza historicamente, incorporando variantes marxistas (e também não-marxistas) ao ponto central de uma linha de análise – que permite realizar a leitura em que o Brasil poderia ou não ter assistido à mediação de uma fase feudal ou semi-feudal desde o início da colonização.

UMA TRAJETÓRIA SINGULAR

A partir dessa linha de argumentação e com certa originalidade, podemos sinalizar para uma aproximação com o estudo da atividade intelectual e militante de Nelson Werneck Sodré.² Tendo iniciado cedo sua carreira militar, o autor presenciou como estudante e mais tarde como aluno interno os principais acontecimentos que pautaram a virada da República Velha, desde o início da dinamitação de suas pontes, a partir do movimento tenentista, particularmente o episódio dos “18 do Forte”, e a ascensão de Getúlio Vargas, em cujo

governo inicia a carreira como tenente de artilharia no ano de 1933.³

No seu relato autobiográfico, Nelson Werneck Sodré também conta sobre suas primeiras leituras e seus primeiros passos como escritor de ficção, colaborando em alguns periódicos, carreira essa que sedimentaria toda uma marcante trajetória, quando participa da direção da *Revista do Clube Militar*. Ainda que tivesse um embrionário contato com o marxismo nessa fase, com a leitura de Lênin e Plekánov – determinantes para sua formação nos anos subsequentes – ele mesmo admite que no período devorou mais clássicos de literatura, ao que parece mais influentes em seus trabalhos iniciais do que os autores do materialismo histórico.

Destacado para servir em guarnições em vários estados, fase essa que duraria até 1938, publica *História da literatura brasileira*, entre outros trabalhos nessa área, além de colaborar com vários jornais. Aqui se percebe uma característica “politemática” em sua obra, que estaria presente ao longo de sua vida e que desde aquele momento sugere um vigor intelectual extremamente dinâmico. Mas foi a volta ao Rio de Janeiro que possibilitou ao jovem militar estabelecer um contato com círculos acadêmicos de vários matizes ideológicos, quando iniciaria uma fecunda amizade com Graciliano Ramos. Pouco depois, em face das exigências da carreira militar, é destacado para servir em vários pontos do país, como também frequenta vários cursos necessários à sua promoção profissional, chegando a capitão às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Nesse período, publica seus primeiros ensaios historiográficos, nos quais se percebe uma inegável ousadia de enfoque, que no momento, segundo Konder, bem sinaliza preocupações sociológicas, com a apreensão de fontes de esquerda em seu pensamento. Curiosamente, faria uma autocrítica corajosa, admitindo o quanto eram fracos seus conhecimento de materialismo histórico e até adjetiva um de seus trabalhos, *Panorama do Segundo Império*, publicado em 1939, como “conservador com evidentes laivos reacionários”. Apesar da modéstia e da autocrítica posterior, é José Paulo Netto que bem coloca o quadro em questão, argumentando que naquela etapa inicial o autor dispunha de “aportes muito modestos no quadro da cultura brasileira a que poderia recorrer [...]”, como também “era exíguo o suporte que poderia extrair da tradição marxista [...] salvo contribuições isoladas [...]”.⁴

No período posterior à guerra, observa-se que sua maturação política é despertada pela problemática do conflito e pelo impacto de vários acontecimentos nacionais. Até então, admite uma sincera (e por que não dizer suspeita) alienação em face da Aliança Nacional Libertadora e dos acontecimentos de 1935, assim como uma considerável distância do pipocar galvanizante das idéias integralistas – particularmente no meio militar –, como também passou quase ao largo das leituras marxistas, salvo aquelas iniciais. Foi um período sem dúvida marcado por contradições, na medida em que colaborou na revista do Estado Novo, *Cultura Política*, ainda que reafirmasse posteriormente que “não tinha nenhum compromisso ideológico [...] e estava desinteressado por questões políticas [...]”, e por essa razão, não percebia “que a omissão importava ajuda ao regime estabelecido [...]”.⁵ Essa atuação significará, no perfil ideológico e político do autor, a preparação necessária que sinalizaria sua ruptura com o apoliticismo e o início de sua fase de maturidade política, etapa que somente estaria realizada nos anos 1950. É particularmente interessante, e não deixa de ser um dado sintomaticamente curioso, o fato de que sua produção intelectual somente será retomada no pós-1958, quando adentra por uma fase caracterizada por uma fecunda produção intelectual, diga-se de passagem, nucleada pelo material coletado até então e vivificado pelas experiências políticas anteriores que seriam decisivas na configuração do pensamento analítico do autor.

Essa fase tem início nos anos 1950, quando encontramos Nelson Werneck Sodré major e instrutor da Escola Militar e o país inserido no bojo da Guerra Fria. Convidado, aceita participar das eleições para o Clube Militar num cenário de forte polarização entre os segmentos nacionalistas e democráticos das Forças Armadas – com reflexos decisivos na futura eleição presidencial e consequentemente no projeto de desenvolvimento que adviria – e tendo como chapa de oposição representantes conservadores; quase todos estariam em posições de comando no golpe de 1964, aliados aos interesses imperialistas. Nesse escrutínio, ocorre a

Até então, admite uma sincera
(e por que não dizer suspeita)
alienação em face da Aliança
Nacional Libertadora e dos
acontecimentos de 1935.

vitória do primeiro grupo em um tumultuado processo que bem sinalizaria, por sua significação política, os ásperos tempos futuros. O autor assume o Departamento Cultural dirigindo por extensão a prestigiosa e influente revista da instituição. Ao que parece, foi seu período de aprendizado político, quando as polarizações se agudizam e os membros dessa corrente, marcadamente nacionalista e anti-belicista, polemizam de forma veemente sobre o

Na capital federal, uma nova e decisiva etapa se iniciaria, com uma progressiva e mais tarde determinante participação no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), instituição que paulatinamente foi transformando seu perfil inicialmente conservador, adquirindo uma feição progressista, processo no qual o autor teria participação fundamental.

significado das várias intervenções imperialistas no Oriente e na Coréia, expressas em artigos na revista que tiveram por consequência quase que imediata a transferência de seus membros para unidades distantes do cenário decisório da capital. Sodré foi enviado para servir em uma distante guarnição de fronteira no Rio Grande do Sul. Nas eleições subseqüentes, em 1952, o grupo nacionalista foi derrotado por meio de várias manobras coercitivas – como amplo uso de chantagem e repressão –, cuja dinâmica teria reflexos decisivos no governo Vargas até a sua queda. Sodré permaneceria exilado na região até 1955 e, como assevera José Paulo Netto, já teria deixado para trás suas ilusões:

Sabia-se marcado pelas cúpulas golpistas; mas se sabia, agora conscientemente, vinculado a uma tradição em que o profissionalismo militar não se constituía para além dos confrontos em que se jogavam a soberania nacional, o aprofundamento da democracia e os interesses de classe.⁶

Retornando ao Rio de Janeiro, atuou decisivamente, após a queda de Vargas, na articulação legitimadora da legalidade presidencial e chegou a ser punido mais uma vez com a transferência para Belém do Pará, revogada no último momento, o que não o desestimulou de continuar participando das eleições – já sem grandes ilusões – do Clube Militar. Na capital federal, uma nova e decisiva etapa se iniciaria, com uma progressiva e mais tarde

determinante participação no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), instituição que paulatinamente foi transformando seu perfil inicialmente conservador, adquirindo uma feição progressista, processo no qual o autor teria participação fundamental. Aqui se percebe que Sodré se redefine na “vocação” que o acompanharia para o resto da vida, encontrando um fecundo ambiente de estudo e pesquisa, dialogando com intelectuais de vários matizes ideológicos, palco esse decisivo como eixo constitutivo do conjunto de sua obra no período: a tarefa de pensar o Brasil.

Os anos 1960 o encontram em plena atividade intelectual e também política no conturbado processo político que desembocaria no golpe de 1964. Como coronel é mais de uma vez punido, sendo inclusive preso e transferido para uma distante guarnição em Belém. Dessa vez, resolve pedir baixa e passa à reserva, com a patente de general de brigada. Essa decisão possibilita dedicar-se exclusivamente ao trabalho intelectual, retomando com vigor uma produção teórica e algumas teses que caracterizarão seu pensamento nos anos subseqüentes. Toda uma sistematização de trabalhos, notas e registros acumulados pôde, em forma de textos e artigos, ser apresentada de forma revisitada e reavaliada a partir de um novo amadurecimento teórico e que se expressa no projeto História Nova.

No entanto, outros fatores decorrentes do conturbado processo político da década de 1960 são indicativos da presença expressiva de um Sodré ator militante e autor político, umbilicalmente associado às polêmicas da linha política do PCB, e que seriam uma marca no registro de sua obra, como também reflexo de uma significativa presença não interrompida pelo golpe de 1964, exceto pelo período em que esteve refugiado e preso.

Sem dúvida, é o período seminal que refletirá a trajetória de sua vocação intelectual e o conjunto de sua produção científica, bem como as polêmicas originárias – devidamente respondidas pelo intelectual e agora “general bom de briga” – pautadas por uma singular marca de obscurantismo insistentemente alheio à sua importância (ainda mais hoje, depois da crise do Leste europeu) e a tentativa de o relegarem a um segundo plano em razão de suas teses polêmicas e, principalmente, de sua vinculação partidária.

UMA LEITURA MILITANTE

Inicialmente percebemos, através de uma leitura atenta, que o desenvolvimento do pensador Sodré em sua primeira fase – pré-1950 – ocorreria quase que de forma paralela ao profissional militar, transmutando para uma segunda etapa no período pós-1950, que é o momento em que o autor pavimentava o eixo temático norteador de sua trajetória intelectual e quando inicia uma fecunda fase de produção teórica.

É nessa etapa que sua vocação militar é substituída em suas falsas representações, na medida em que as limitações teóricas da fase inicial ficam patentes, engessadas pelas posições políticas do ator. Verifica-se que é essa transmutação que o estimularia a superar os desafios teóricos a partir de novos referenciais analíticos e que apresenta um Sodré a desenvolver uma nova vocação, qual seja a de pesquisador. Esse segundo momento, ainda que norteado decisivamente pelo primeiro, é que constituirá necessariamente o período de uma problematização determinante, a hipótese elucidativa de sua produção intelectual até os dias finais de sua vida.

Sua obra é nucleada por um conjunto de ensaios e pesquisas de singular ousadia teórica e riqueza temática, e quando associada ao seu pensamento político, não foge à tradição de vincular o seu objeto de pesquisa à “tentativa de compreender o Brasil”, ainda que singularizada na perspectiva de intervenção estratégica e da luta no plano conjuntural, mediada partidariamente. Por essa razão, vale sinalizar que o resgate de seu eixo teórico deve ser apreendido de forma ampla, devido a uma necessária e provocativa instrumentalização que aponta para “novos rumos”, para a transformação social vinculada e reflexo de um projeto de superação do *status quo*. Curiosamente, nesse cenário, ele se destacaria pelo papel que desempenhou no PCB, mesmo sem ter ocupado posições dirigentes, o que não impediu que equívocos de toda ordem permeassem a apreensão de sua obra, no que se refere às categorias e leituras sinalizadas em grande medida em três de seus livros referenciais: *Introdução à revolução brasileira* (1958), *Formação histórica do Brasil* (1962) e *História da burguesia brasileira* (1964).

Mas como pensador e principal referência teórica do PCB, ainda outras obras merecem destaque na problematização deste artigo, *Memórias de um soldado* e *Memórias de um escritor*, seguidas das

publicações de *A luta pela cultura* (1990), *A ofensiva reacionária* (1992), *A fúria do Calibã* (1994) e, de certa forma, também presentes nos artigos de *O fascismo cotidiano* (1991), sendo este conjunto de trabalhos a finalização da proposta de continuidade “memorialística” e de caráter “testemunhal”.

Paralelamente a esse processo, coloca-se como aspecto de registro e também de superação de uma considerável lacuna necessária ao entendimento do autor como ator, aliás pouco explorado em suas memórias, a recuperação do momento em que ele se vincula ao PCB e provavelmente ao organismo partidário denominado Anti-Mil, participação presente de forma determinante e influente na elaboração teórica de suas teses, bem como na linha política do partido. Esse agrupamento, abreviação de antimilitar, era o setor militar e de militantes do PCB inseridos nas forças armadas, coordenado por Almir Guimarães – um dos participantes dos eventos de 1935 – e um dos mais obscuros e pouco estudados aspectos da atuação do PCB. Consta que o partido tinha na ocasião cerca de 10% dos oficiais e praças da corrente nacionalista, sendo alguns de patente superior.

A rigor, Sodré somente sinaliza essa aproximação por motivos óbvios, já que suas memórias seriam publicadas em 1965 e, nesse particular, coloca implicitamente essa ligação nos momentos em que teve que fugir ou esteve preso, sem se referir ao partido. Curiosamente essa (in)visibilidade militante, mas explícita pelo caráter de seus influxos teóricos nas teses do partido, virá à tona paulatinamente nos anos seguintes, particularmente na fase terminal da ditadura, em que sua colaboração se fez presente nos vários jornais e revistas do PCB e a aparição pública na recepção a Prestes na sua volta do exílio, em 1979, como também em depoimento em caráter

Também vale registrar a importante contribuição do autor em periódicos ligados ao PCB, como as revistas *Temas* e *Novos Rumos*, e o semanário *Voz da Unidade*, sendo que a única obra sobre o partido por ele publicada foi *Contribuição à história do PCB* (1985), proposta inconclusiva de um esforço mais ousado que, por razões várias, permaneceu limitado a somente três ensaios originalmente publicados na revista *Temas*.

nacional no filme do PCB em 1985 e, mais recentemente, no documentário *O velho*. Também vale registrar a importante contribuição do autor em periódicos ligados ao PCB, como as revistas *Temas* e *Novos Rumos*, e o semanário *Voz da Unidade*, sendo que a única obra sobre o partido por ele publicada foi *Contribuição à história do PCB* (1985), proposta inconclusiva de um esforço mais ousado que, por razões várias, permaneceu limitado a somente três ensaios originalmente publicados na revista *Temas*.

Segundo João Quartim de Moraes, ele “foi mais utilizado que compreendido”, na medida em que os equívocos da apreensão de sua obra refletem indicativos políticos para sua desqualificação ou ignomínia.

Nas duas vertentes memorialísticas – *Memórias de um soldado* e *Memórias de um escritor* –, como bem coloca José Paulo Netto, apresenta-se um Sodré de *duas vocações*.⁷ Na primeira obra, reconhece-se como ponto nuclear de sua trajetória a carreira profissional – como militar, que deu baixa na patente de general de brigada –, e, na segunda, a formação de seu pensamento político e a valorização de sua vocação intelectual. É nesse conjunto de trabalhos, mesmo que de forma incompleta, que se apreende, a partir desse proposto enquadramento teórico-metodológico, associado ao levantamento de alguns aspectos biográficos pontuais relevantes, a afirmativa de que sua obra é reflexo de uma trajetória de “rupturas com continuidade”, sinônimo contemporâneo de uma “ortodoxia e coerência”.

É a partir dessa abordagem que os elementos elucidativos das duas vocações, em última instância, encontram sua especificidade umbilical no período em questão. Realizar e recuperar uma leitura crítica do pensamento político de Nelson Werneck Sodré é pensar no desafio que a própria obra impõe, iniciada a partir do final dos anos 1930 até as suas últimas publicações nos anos 1990. Esse conjunto de ensaios aborda um cenário amplo de pesquisas na esfera da literatura, relações internacionais, questão militar e, principalmente, na esfera política, sobre a natureza da formação social do Brasil e o caráter da revolução brasileira. Na esfera desses dois últimos aspectos é que uma interessante problematização se coloca, já que uma linha de investigação a ser explorada deve ser conduzida na hipótese de verificar como essa

perspectiva de apreensão teórico-metodológica norteou a formação da linha política do PCB – ou eventualmente o seu contrário – no período subsequente a 1958 até 1989, ou até se desenvolveu autônoma e independentemente do partido, procurando levantar em sua obra as tensões imanentes dessa processualidade, quanto à autonomia de suas categorias de análise, bem como a uma original apreensão do pensamento de Marx e a eventual e/ou determinante influência de outros autores como Lênin, Plekhánov, Lukács, entre outros.

POLÊMICAS E OUTRAS QUESTÕES

Em relação a esse debate, e em especial o debate que remete ao pensamento social de esquerda no Brasil, ainda persiste uma considerável lacuna de estudos sobre alguns intelectuais marxistas, exceto – talvez – Caio Prado Júnior. Os demais e suas obras são objetos de pesquisa relativamente recentes, particularmente os autores de uma geração que surge a partir dos anos 50, quando sem dúvida tem início uma nova fase em que existe também uma razoável possibilidade de o marxismo brasileiro se expressar numa linha autônoma das variações e mediações características do eixo determinista oriundo da IC. Nessa situação se fazem presentes alguns intelectuais expoentes de um quadro teórico associado ao PCB como Rui Facó, Alberto Passos Guimarães e principalmente Nelson Werneck Sodré.

Exceto por artigos pontuais e referências diluídas, verifica-se em relação a esses intelectuais marxistas brasileiros uma análise pouco significativa de suas obras, e, como já se disse, especialmente em relação a Nelson Werneck Sodré.

Segundo João Quartim de Moraes, ele “foi mais utilizado que compreendido”,⁸ na medida em que os equívocos da apreensão de sua obra refletem indicativos políticos para sua desqualificação ou ignomínia. Ou seja, apesar de despertar vivas polêmicas nos anos 1960, devido à ousadia de suas teses, bem como sua conhecida vinculação partidária, foi no princípio dos anos 1970 que teve início um quase senso comum pouco responsável na utilização de adjetivos desqualificativos em relação ao autor e suas obras, particularmente na USP, em São Paulo, num ciclo de leituras semi-oficiais realizadas por setores do *establishment* acadêmico, ilustradas por personagens de esquerda ou com trânsito em setores de resistência à ditadura militar, especialmente ativos na década

de 80. Alguns desses “críticos”, sem uma preocupação de análise, adjetivam sua obra como sendo reflexo de um autor “ortodoxo e linear” que reflete por sua vez “um marxismo cristalizado”, “esquemático e apressado”, como sugere Carlos Guilherme Mota. Jacob Gorender, companheiro de velhas polémicas e intervenções no PCB, escreve que ele “não tem o cuidado de evitar elementares contradições lógicas” e que sua obra não passava de “construção arbitrária”.⁹

Recentemente, podemos verificar uma tendência de reavaliação da contribuição teórica de Nelson Werneck Sodré ao entendimento do processo de formação da sociedade brasileira, e sua particular leitura já encontra uma receptividade diferenciada. Podemos sinalizar para algumas recentes iniciativas nesse sentido, lamentavelmente ocorridas após a morte do autor, ainda sim válidas como um ponto de partida para a discussão de sua obra,¹⁰ que sugere Leandro Konder ser uma urgente necessidade:

Tenho a impressão de que está na hora de emprendermos uma releitura da obra [...] Creio que mesmo aqueles que confirmarem suas discordâncias substanciais com a perspectiva adotada pelo veterano historiador (renitente defensor da tese de um feudalismo brasileiro) já não se sentirão tão encolerizados, não prorromperão em explosões de raiva; e até – quem sabe? – se sentirão inclinados a dialogar com ele.¹¹

Contudo, algumas questões e problemas se colocam. Em que medida efetivamente esse papel político do intelectual brasileiro se impõe como elemento delineador da compreensão da realidade nacional e, principalmente, sujeito das mudanças sociais? Ou como essa questão se colocaria como objeto na construção de seu pensamento político e intervenção militante no caso específico de Nelson Werneck Sodré e de suas duas vocações?

Algumas possibilidades de aproximação nesse debate podem ser iniciadas recuperando o Lukács que analisa Thomas Mann, como percebemos quando Carlos Nelson Coutinho chama a atenção para uma categoria de análise particularmente interessante ao início dessa polémica: o “intimismo à sombra do poder”. Para Coutinho nossos intelectuais estariam inseridos em um cenário de desenvolvimento social excludente de participação popular e inibidor da formação de uma autêntica consciência democrática, característica da via prussiana. Nesse

sentido, sua participação “militante” se salientaria por uma ação reflexiva autônoma, mas também pela descrença diante da impossibilidade de intervir ou influir direta ou decisivamente nas mudanças sociais. Na medida em que para a própria sobrevivência dependeria em grande medida de sua inserção no aparelho do Estado, também teriam uma postura tolerada, particularmente pelo fato de que esse procedimento resultava num mínimo ou em nenhum estremecimento para o *status quo* e que, em última instância, resultaria em sua capitulação. Coutinho é enfático quando afirma:

O “intimismo à sombra do poder” combinou-se com freqüência com um inconformismo declarado, com um mal-estar subjetivamente sincero diante da situação social dominante. O que determina os limites do “intimismo”, em última instância, é o fato de que ele capitula diante dos preconceitos ideológicos gerados espontaneamente pela “via prussiana”, ou seja, por uma lado, um subjetivismo extremado que vê nos indivíduos excepcionais as únicas forças da história e, por outro, ao fatalismo pseudo-objetivo que amesquinha e dissolve o papel da ação humana na criação histórica.¹²

Mas ao pensarmos esse conjunto de intelectuais e teóricos vinculados ao PCB, entendemos que uma característica diferenciada ou tarefa ímpar se impõe nesse debate de forma propositiva, ou seja, na medida em que está presente uma indignação e um inconformismo

muitas vezes distantes do poder – mas com o objetivo do poder –, se coloca a preocupação de vivificar e traduzir em ação uma perspectiva marxista vinculada a um projeto social de superação. Nesse enfoque, o estar à sombra do poder é que remete, por sua condição militante, a uma segunda vocação, e que dessa forma difere substancialmente do conjunto dos intelectuais delineados no arco teórico de Coutinho. É claramente o caso de Sodré.

E qual é a razão? Como intelectual é um ponto de referência e influência de uma escola de pensamento e sua obra determinante para toda uma geração de intelectuais marxistas. Por decorrência,

Recentemente, podemos verificar uma tendência de reavaliação da contribuição teórica de Nelson Werneck Sodré ao entendimento do processo de formação da sociedade brasileira, e sua particular leitura já encontra uma receptividade diferenciada.

se apresenta como aspecto de problematização neste artigo perceber qual é a dimensão analítica de sua obra e em que medida sua reflexão estaria associada à teoria de revolução e à política de frente única do PCB, já que isso também nos coloca para a melhor apreensão do autor. Ao contrário de ser um pensador marxista cristalizado e/ou (até) porta-voz extra-oficial do partido, representaria um ponto de partida de uma reflexão teórica da revolução brasileira em curso e abortada sucessivamente pelas adversidades, ainda que subsidiada por um fecundo diálogo que em si apresenta como resultado categorias de análise contemporâneas aos nossos dias.

Como militar, essa problemática indicada de duas vocações fundamenta-se no momento que visualiza sua vocação militar quase que totalmente subsumida (mas não anulada) pela vocação do escritor – salvo um viés exploratório no Anti-Mil, onde influiria na política do PCB no meio militar – e, paralelamente, como também eram decorrentes das suas atividades desenvolvidas no Iseb, e fecundariam e subsidiariam o intelectual em sua nova vocação. Nesse período é que ocorre a nucleação do pensamento político resul-

tante de uma ortodoxia associada a uma coerência de um general (bom) de briga(da). Ainda assim, uma indagação se coloca nessa propositiva. Como se apresenta esse pressuposto? Vamos a alguns elementos de reflexão.

Com o ousar e agir teoricamente também se colocava o desafio de pensar como militante associado a uma identidade, como projeto que reflete uma (muitas vezes, segunda) vocação. E dada à proposição dessa linha de análise, um fato curioso salta aos olhos, já

que remete à ousadia teórica e à originalidade dos pioneiros ensaios dos vários autores-militantes referidos na introdução deste ensaio. Intelectuais vinculados ao PCB chamam a atenção por terem em comum em suas obras incursões amplas – com maior ou menor competência – em várias esferas de abordagem, mas, principalmente, pelo fato de

esses autores ao longo do século assumirem osmoticamente uma quase sempre paralela vocação como atores, configurados na posição de intelectuais e militantes comunistas. A partir desse cenário, emerge a indagação de como essa equação pode ser construída.

Em uma original análise sobre aspectos concernentes e relacionados a militância, Figueiredo¹³ aponta elementos interessantes de reflexão sobre essa questão, e penso que sinaliza para uma aproximação válida na compreensão dessa problemática, ainda que de forma exploratória, e a meu ver insuficiente. Ele afirma que:

o tipo perfeito de militante foi aquele gerado pelos partidos de esquerda e, mais particularmente, na tradição marxista leninista – e continua dizendo que – além de concentrar paradigmaticamente os traços essenciais desta modalidade de subjetivação, ela exhibe de forma patética, a contradição entre as pretensões revolucionárias e transformadoras e a elaboração das identidades resistentes, reativas, defensivas, obturadas [...]¹⁴

Para o autor, a identidade militante é nucleada por dois enquadramentos temporais, o tempo longo dos princípios e ideais e o tempo curto das urgências. Nessa linha interpretativa – que eu diria compo-nencial de duas vocações que o objetivo deste artigo sugere –, o primeiro tempo ofereceria uma resistência indestrutível enfrentando, sem precisar enfrentar, as vicissitudes do tempo. Talvez possa ser apreendido na categoria de uma “ortodoxia” na medida em que o autor complementa que a identidade revolucionária, nesse plano, não se define a partir de uma revolução realizada e sim pela adesão e/ou imersão imaginária no movimento que remeteria, inexoravelmente, a esse tempo longo, com suas metas e princípios fixados de uma vez por todas. O tempo curto da militância – coerência, penso eu –, ofereceria a essa identidade a mesma argumentação: a resistência de um cotidiano obturado pelas tarefas inadiáveis, pela disponibilidade ilimitada para a ação, pela diligência incessante. De certa forma, o autor concluiria afirmando:

Novamente aqui a identidade revolucionária não se define pelos resultados, mas a partir da estrita observância de um programa de ação repetitivo e extenuante. Assim como os princípios e ideais são mantidos a salvo da usura do tempo, também a rotina é preservada e mantida com quase total independência das condições de sua efetivação.¹⁵

Se apresenta como aspecto de problematização neste artigo perceber qual é a dimensão analítica de sua obra e em que medida sua reflexão estaria associada à teoria de revolução e à política de frente única do PCB.

Curiosamente, o autor aponta uma linha de argumentação na qual, em nenhuma condição, a militância se revela mais do que na clandestinidade, e, nesse sentido, esta ocorre de forma paradisíaca, com um corte radical com a temporalidade mundana, e vigora a mais total autonomia e desconexão entre o tempo curto das tarefas e o tempo longo dos princípios ideais. Diante do fato de que o movimento da história reivindica para o militante a condição de “sujeito” – ator, penso eu – como um de seus eixos constitutivos que expressa comumente a vontade – de mudar, de interpretar –, é nessa esfera de reflexão como ação que se elaboram os vínculos de cega obediência ao partido, como também se fazem ouvir, e estão presentes, como em nenhuma parte, as vozes da disciplina. Por fim, guardados os pontos polêmicos e outras expressões que Figueiredo procura desenvolver como referência a esse debate, o autor concluiria afirmando que “enquanto conservou alguma credibilidade, a forma de subjetividade do militante marxista leninista serviu de padrão da militância do século XX”.¹⁶

Guardadas as limitações e a inconclusividade dessa polêmica, pode-se tentar um esforço (entendido por toda uma geração intelectual militante) para se tirar algumas conclusões que necessariamente não se colocam como objeto de reflexão de Figueiredo, na medida em que o viés psicológico necessariamente abstém-se de estar associado – como o autor sugere – a um esvaziamento ideológico. Contudo, ainda assim penso como válida – e interessante como possibilidade de exploração – a questão dos tempos longo e curto associada a uma componente de vocação militante. E por quê?

No caso de Sodré, essa construção estaria arejada por uma reflexão advinda de uma práxis provocada por uma oxigenação teórica do debate marxista pós-1956, como também por um firme compromisso partidário. Associada à indagação inicial, a de pensar o Brasil como objeto de um militante intelectual comunista, uma perspectiva diferenciada se impõe aos objetivos propostos na medida em que necessariamente esse desafio se coloca como uma tarefa partidária, uma ousadia analítica que tem por objetivo e que remete em última instância ao histórico problema da instrumentalização dos agentes de mediação com o propósito de elaborar uma teoria da revolução. Nesse sentido, imaginando o desafio de se pensar essa propositiva como dupla vocação e apontar para

algumas respostas, vale mais uma vez retomar Konder, que complementa uma importante determinação e que penso vem a ser um ponto de partida necessário a esta indagação. Preliminarmente, ele diz que

a teoria não se faz automaticamente, por si mesma. Ela não é (como parecem supor alguns) um corolário óbvio da prática, uma compreensão que brota espontaneamente do engajamento. A competência teórica resulta de um esforço específico, só pode ser alcançada através de um investimento persistente, que exige paciência, estudo, paixão e muito dispêndio de energia. A teoria é um campo de batalha no qual o êxito depende de uma longa preparação.¹⁷

Na mesma linha de análise, Konder ainda sinaliza que o charme do marxismo (eu diria de ser marxista) em sua primeira fase histórica no Brasil (que não necessariamente deixou de ser uma característica na fase subsequente e mesmo ao longo do século) estaria na radicalidade do seu engajamento e num compromisso da transformação prática do mundo (o tempo longo do processo?) com a eficácia revolucionária (tempo curto militante?). Também é apontado que a concepção ideológica resultante que se coloca para o conhecimento apresentou frequentemente uma distorção inevitável, em face das diferentes pressões e confusões de várias ordens, e de uma cobrança daquilo que o sujeito (autor) diz e a comparação com o que o sujeito (ator) faz. E reafirma essa equação conflituosa como um fator positivo naquilo que constituiria uma contribuição ao pensamento de Marx nas ciências humanas. Penso que nessa confluência e aproximação de subjetividade entre ambos os autores é que, na situação diametralmente oposta no período, se insere e se constrói o pensamento político de Sodré.

Mas a matriz essencialmente polêmica necessária à problematização vetorial de sua obra deve ser apreendida nos anos 1950, particularmente quando o autor despe-se da sua vocação militar, decorrente da superação das ilusões da caserna, e assume como ator a sua segunda vocação intelectual – que necessariamente se confundirá com o ator – e vincula-se ao Iseb e (passível de verificação) ao PCB.

APONTAMENTOS CRÍTICOS DE SUA OBRA

Enfim, vale apontar ainda a magnitude desse arco propositivo e teórico na medida em que notam-se, entre os analistas de sua obra, diferenças substanciais de qualificação. Na primeira fase, a obra de Sodré seria permeada por fontes advindas de autores de um arco teórico associado a um “materialismo vulgar” e, no período posterior, pautada por constantes revisões teórico-metodológicas. A partir da ruptura de sua vocação militar associada aos tempos do Iseb – e também por trabalhos posteriores do autor, pontualizados pela retomada de um vigor intelectual até então anestesiado e decorrente do pós-1958 –, verifica-se uma interlocução diferenciada e por que não dizer fecunda, que, de certa forma, sugere a leitura do PCB no sentido de superar

“determinismos históricos pré-concebidos”, para uma apreensão de atores originais e pioneiros, como Lukács e Mariategui.

Considerados em seu conjunto, como José Paulo Netto indica, há trabalhos necessariamente “circunstanciais” e outros que têm um objetivo limitado a “uma divulgação de boa qualidade”, seguido de alguns de “cariz polêmico e aqueles de caráter ‘testemunhal’”.¹⁸ Mas a matriz essencialmente polêmica necessária à problematização vetorial de sua obra deve ser apreendida nos anos 1950, particularmente quando o autor despe-se da

sua vocação militar, decorrente da superação das ilusões da caserna, e assume como ator a sua segunda vocação intelectual – que necessariamente se confundirá com o ator – e vincula-se ao Iseb e (passível de verificação) ao PCB. Seus estudos nessa fase foram reavaliados a partir de novos suportes teóricos e apontam para uma singular e original leitura do processo histórico brasileiro, em sua maioria publicados ao longo dos anos 1960. Mas associada à tentativa de compreender o Brasil como objeto central, também aponta em sua obra para algumas

preocupações no que se refere à perspectiva objetiva do levantamento componencial da constituição da sociedade brasileira. Diante do arco ampliado de propostas de estudos publicados como também vários projetos inconclusos, este virá a ser o vetor de mobilização de suas energias intelectuais e de sua inegável capacidade de aprender e apreender, como também de uma autocrítica que pavimentaria a trajetória do ator ao autor; e em face do problema colocado, encontrar condições para enfrentar o desafio de pensar “o Brasil como enigma a ser decifrado”.

Um outro ponto também se coloca na compreensão da obra do autor. Ao procurarmos as bases constitutivas da originalidade teórico-metodológica que caracteriza a obra de Sodré, percebe-se que a decifração do “enigma Brasil” se apresenta como um desafio a ser percorrido, assim como se apresenta a necessidade da instrumentalização na esfera da política. Nesse sentido, ao procurar apreender o problema a partir desses dois pressupostos é que se apresenta o enigma da “revolução brasileira”, que ele sinaliza e se propõe a enfrentar a questão quando ele mesmo aponta que neste processo “deriva, enfim, de uma posição política”. Esta colocação se faz necessária, na medida em que uma linha de críticas a Sodré aponta para o fator econômico como uma determinação exclusiva de seu vetor analítico e como determinante em sua obra. Ainda que parcialmente correta, não concordamos que seu pensamento signifique a redução da política à economia.

Independentemente das críticas até hoje atribuídas ao autor, particularmente a de uma ortodoxia que incorpora quase que uma transmutação das teses advindas do contexto histórico sócio-europeu para a realidade brasileira, mais uma vez é J. P. Netto que recupera a polêmica de forma positiva e provocativa, quando reitera que o conceito de “Revolução Brasileira” presente em sua obra, não somente sinaliza uma particularidade histórica a ser desenvolvida e apreendida, mas que, pela primeira vez essa noção adquire estatuto de “categoria teórico-analítica”. Aos críticos, Nelson Werneck Sodré responderia que, em relação ao caráter da revolução brasileira, seu significado estaria associado a um processo nacional e democrático e que:

Supor que a revolução seja idêntica à revolução burguesa clássica [...] é um erro peculiar que não obedece à necessidade, cientificamente imperativa, de situar o problema historicamente [...] “não é

Ao procurarmos as bases constitutivas da originalidade teórico-metodológica que caracteriza a obra de Sodré, percebe-se que a decifração do “enigma Brasil” se apresenta como um desafio a ser percorrido, assim como se apresenta a necessidade da instrumentalização na esfera da política.

verdade que as revoluções democráticas têm hoje alcance e conteúdo diferentes da revolução burguesa clássica é também peculiar ao caso dos países subdesenvolvidos ou dependentes do tipo do Brasil, onde correspondem ao avanço peculiar ao quadro histórico contemporâneo, isto é, ao quadro histórico da crise geral do capitalismo, da decomposição do sistema colonial, da presença e do avigiramento da área socialista no mundo.¹⁹

A partir de alguns apontamentos críticos em relação à sua obra e ao contrário de muitos prestigiados e pontuais intelectuais contemporâneos, esse conjunto de trabalhos apresenta, como característica nuclear, categorias determinantes à tentativa de compreensão da realidade nacional, associado principalmente à necessidade da instrumentalização da política, estando esse conjunto permeado por significativas reflexões autobiográficas que em muito refletem de forma crítica e também autocrítica – incomum eu diria – a aspectos sinalizadores que contribuem para a tarefa de pensar a política contemporânea.

Mais uma vez, se coloca a necessidade de levantar e recuperar as mediações necessárias à compreensão da obra do autor. Ou seja, este debate adquire um outro sentido e, particularmente, uma outra dimensão, na medida em que a trajetória intelectual de Sodré, tendo em sua fase inicial apreendido fontes pouco significativas no pensamento marxista, permite em fins dos anos 1960 dialogar “pioneiramente” com o pensamento de ponta do marxismo crítico como Lukács e Mariategui, e questionar, por esta via, o modelo stalinista e legitimador da URSS. Aspectos decorrentes, bem como “possíveis” lacunas de construção categoriais e vetoriais presentes em sua obra, particularmente a noção de “feudalismo brasileiro” nuclear em muitos ensaios e trabalhos clássicos sobre a questão – e hoje quase um consenso na academia quanto a não procedência de seu uso –, devem ser apreendidos sob a ótica da justificativa proposta, e nesse sentido, objeto de uma necessária releitura epistemológica.

Algumas polêmicas persistem em relação a essas questões e sujeitas a vivas polêmicas. É no contexto histórico de seu amadurecimento teórico-intelectual que se percebe a *aparente aproximação* do autor-ator a uma leitura associada e processual à concepção de um projeto democrático burguês do PCB, visível na apreensão e construção dessas categorias. Um exemplo dessa umbilicidade pode ser observado na

categoria de “nação”, está associada ao caráter evolutivo e processual da etapa burguesa no processo revolucionário brasileiro. Ou quando ele aponta para o papel do latifúndio e do imperialismo na obstaculização do desenvolvimento econômico nacional – bem na linha do PCB – e por decorrência, as polêmicas provocadas ao advogar a tese de que frações da burguesia

poderiam se situar no campo revolucionário de um cenário antiimperialista e democrático na medida em que projetava um desenvolvimento capitalista autônomo no Brasil. Um outro ponto polêmico de toda a discussão na obra de Sodré refere-se à categoria da “regressão feudal” que caracteriza o processo de passagem do trabalho escravo ao trabalho livre. Seu significado passa pelo eixo sustentáculo do modelo oligárquico brasileiro, em que analisa que a ruptura do modo de produção escravista ocorre um período de “transição regressiva” ao modo de produção feudal e, somente em uma fase posterior, ocorre a passagem para o modo de produção capitalista. Por esta leitura, a particularidade do processo brasileiro transcorreu de forma totalmente diferenciada do modelo clássico europeu.

Independentemente de possíveis reavaliações, um outro aspecto dessa construção deve ser revalorizado. Essa análise é norteadada pelas experiências de ambas as trajetórias – a intelectual e a militar –, agora nucleadas pela mediação da política, na perspectiva de um projeto de revolução configurado nas publicações de Sodré no período, que acontecem quase paralelamente com a publicação da “Declaração de Março de 1958”, na qual o PCB advogaria teses semelhantes à da processualidade da revolução brasileira. Com o V Congresso de 1960 e, principalmente, em 1967, no VI Congresso, o PCB reafirmaria a linha da Declaração de Março, revalorizando sob aquelas circunstâncias de obscura atuação clandestina e impasses institucionais presentes no período ditatorial “a linha pacífica” e condenando o “desvio à esquerda” do período pré-64 e os desvios subseqüentes, capitaneados pela dissidência do partido, como

Um outro ponto polêmico de toda a discussão na obra de Sodré refere-se à categoria da “regressão feudal” que caracteriza o processo de passagem do trabalho escravo ao trabalho livre.

também por outros grupos de esquerda. Por seu lado, o autor manteria firme oposição contra quaisquer tipos de aventuras, optando por lutar em outras frentes. Analisa aquele período em vários trabalhos posteriores, concluindo poucos anos depois com uma única frase, sintomática dos impasses daqueles acontecimentos como também uma das razões decisivas para a derrota em 1964: “a esquerdização nos isolou”.

Essa postura crítica, amplamente condenada na ocasião, resultaria em uma posição desqualificativa dos segmentos de esquerda em relação ao autor, como também ao PCB, e que posteriormente, adveio associada a contundente e oportunista contribuição

Analisa aquele período em vários trabalhos posteriores, concluindo poucos anos depois com uma única frase, sintomática dos impasses daqueles acontecimentos como também uma das razões decisivas para a derrota em 1964: “a esquerdização nos isolou”.

de alguns setores acadêmicos. Mas penso que aqui verifica-se no autor o ponto alto de sua maturidade política e também intelectual. Ainda que o golpe de 64 viesse a abortar esse desenvolvimento teórico-analítico como também a própria leitura que o autor e o PCB faziam de todo aquele processo, que vale ressaltar, inconcluso, mas original, ambos – o PCB e Nelson Werneck Sodré – mantiveram firmes as convicções de correção de suas teses. Em um debate universitário em 1992, reafirma fidelidade às suas teses de forma contundente, insistindo que:

Se o Brasil era capitalista desde o século XVI – afirmação colocada como indiscutível –, era espantoso que tivéssemos estudado a Revolução Francesa, episódio e processo do século XVIII, ou a Revolução Inglesa, cuja primeira etapa datava do século XVII. Nós, no Brasil, éramos capitalistas antes dos franceses e dos ingleses. Conseqüentemente, a nossa burguesia era classe dominante na fase colonial e antecederam também ela a burguesia francesa e a burguesia inglesa. O fato fica no nível do anedotário se a tese não fosse esposada e defendida também por notória e eminente figura do ensino nacional, que timbrava em afirmá-la. Não era, pois, produto da imaginação do jovem professor, que apenas a repetira, pondo nela ênfase de sua presunção de saber. Não. Ela estava alicerçada, e solidamente, numa concepção

histórica que era imposta como indiscutível e se arrastava das cátedras mal providas ao espírito de milhares de jovens, que a citavam por que provinha daqueles indicados para guiá-los. Nada tenho com tal ensino. É direito de cada um, no nível do ensino da história em nosso país, adotar e divulgar conceitos e categorias a seu gosto. O que impugno é que tais conceitos e categorias façam parte do marxismo, e particularmente a tese principal: o capitalismo brasileiro data da fase colonial. O que parece errôneo é que tal absurdidade passe por marxismo. E isso deve, em grande parte, ao fato de que um dos que adotaram foi um marxista. Isto me lembrou o esclarecimento curioso de certo mestre europeu: nem todos os que se dizem marxistas realmente o são.²⁰

Por essa razão, pensar e apreender, singular e pioneiramente a compreensão teórica da particularidade brasileira intimamente associada a um projeto de revolução ao qual a chave teórica estaria explicitada e fundamentada pelo conjunto de seus trabalhos, se apresenta como uma possibilidade de pensar o arcabouço teórico do modelo democrático burguês que viria a influenciar a instrumentalização política e o processo de intervenção conduzida pelo Partido. Nessa linha de trabalho, acredito que essa exponencialização teórica do autor, que se reflete na linha partidária como militante e como intelectual em sua obra, permanece, como reflexo da linha política do PCB no pós-64, de forma interativa até o último racha em 1989, quando Sodré se afasta, ainda que continuasse a militância através de posicionamentos em defesa da soberania nacional, do apoio a candidatos comunistas às eleições e da contribuição com artigos em várias publicações de esquerda como *Princípios*, *Inverta*, *Hora do Povo*, entre outras. Daí se percebe a necessidade do entendimento do pensamento político de Sodré e de sua obra, como também da atuação e a linha política do Partido, e, nesse sentido, o mérito que essa contribuição aponta nessa temática para a ousadia do autor como ator procurar desenvolver uma teoria que se aperfeiçoaria na práxis revolucionária no Brasil.

Mas uma outra possibilidade de apreensão e que também sinaliza para apontamentos diferenciados, sugere que é nessa perspectiva que a condição militante está associada à de intelectual comunista e em razão do período histórico em questão, pode-se levantar positivamente a construção do pensamento político e intelectual do autor. Na medida em que o adjetivo “ortodoxo”, necessariamente esconde nas críticas de alguns de seus interlocutores, uma

“coerência” dignificante e igualmente corajosa, como também uma bem pouco sutil ignorância de sua trajetória intelectual, esta, em última instância, reflete uma maturação política advinda de uma fase inicial que poderíamos situar, com muito boa vontade, a de um “democrata radical”, já influenciado por leituras de esquerda, para uma segunda fase, a de “um marxista militante” e por decorrência hipotética, na principal referência teórica do PCB e articulador de uma profunda reflexão crítica de uma práxis autônoma no pensamento social brasileiro. Mas essa é ainda uma viva polêmica...

NOTAS

- ¹ G. Lukács, *História e consciência de classe* (Rio de Janeiro: Elfos Editora, 1989), pp. 15-16.
- ² Uma versão deste artigo foi publicada com o título “Um resgate necessário, uma viva polêmica”, em *Tema*, nº 33, 1998.
- ³ Nelson Werneck Sodré, *Memórias de um soldado* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967).
- ⁴ José Paulo Netto, “Apresentação”, em Nelson Werneck Sodré, *O naturalismo no Brasil* (2. ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992), p. 35. Vale comentar que esse texto introdutório é uma das mais merecidas referências – que não se abstém de apontamentos críticos – a Nelson Werneck Sodré até hoje publicadas.
- ⁵ Nelson Werneck Sodré, *Memórias de um escritor* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970), p. 124.
- ⁶ José Paulo Netto, *op. cit.*, p. 14.
- ⁷ Essa afirmação conceitual é de José Paulo Netto, presente na importante e por que não dizer merecida “Apresentação”.
- ⁸ João Quartim de Moraes, “Capítulo II”, em *História do marxismo no Brasil*, v. 2 (Campinas: Unicamp, 1995).
- ⁹ Leandro Konder, *Intelectuais brasileiros e marxismo* (Belo Horizonte: Oficina de livros, 1989), p. 77.
- ¹⁰ Refiro-me ao Ciclo Nelson Werneck Sodré, realizado no Centro de Documentação e Memória (Cedem), da Unesp, e ao Simpósio Nelson Werneck Sodré na Historiografia Brasileira, realizado na USP, ambos de 1999, além de algumas pontuais iniciativas realizadas em outros campi da Unesp.
- ¹¹ Leandro Konder, *op. cit.*, p.76.
- ¹² Carlos Nelson Coutinho, *Cultura e sociedade no Brasil. Ensaios sobre idéias e formas* (Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990), p. 70.
- ¹³ Luiz Cláudio Figueiredo, “A militância como modo de vida: um capítulo na história dos (maus) costumes contemporâneos”, em *Cadernos da subjetividade*, nº 3, São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC/SP, 1990, pp. 205-15.
- ¹⁴ *Ibid.*, p. 208.
- ¹⁵ *Ibidem.*
- ¹⁶ *Ibid.*, p. 210.
- ¹⁷ Leandro Konder, *op. cit.*, p. 8.
- ¹⁸ José Paulo Netto, *op. cit.*, p. ?; Leandro Konder, *op. cit.*, p. ?.
- ¹⁹ Nelson Werneck Sodré, “Perspectivas”, apêndice, em *Introdução à revolução brasileira* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958), p. 233.
- ²⁰ Nelson Werneck Sodré, *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil* (Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990), pp. 73-4.